



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 12 de Dezembro de 2019

## Educação e saúde da baixa renda podem ser isentas em novo modelo



Vanessa Canado: governo mapeou "setores que ganham e que perdem e, dentro dos setores, quem ganha e quem perde" — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

O segmento de transportes também seria beneficiado, segundo proposta em estudo no governo

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

Serviços de saúde, educação e transportes prestados a famílias de baixa renda poderão ficar isentos do novo PIS/Cofins, disse ao Valor a assessora especial do Ministério da Economia Vanessa Canado. É um dos instrumentos estudados pelos técnicos para amenizar os efeitos do

aumento na tributação desses setores.

Se acionado, o benefício será focado. Atenderá apenas às famílias de menor renda. A ideia não é estendê-lo ao setor inteiro.

“Fizemos um mapeamento dos setores que ganham e que perdem e, dentro dos setores, quem ganha e quem perde”, disse. “Agora estamos estudando formas de mitigar os impactos, independentemente do setor.”

A reforma do PIS/Cofins é a primeira “fatia” da reforma tributária

que o governo pretende enviar ao Congresso. A ideia é unificar os dois tributos, formando a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e tornar sua sistemática de apuração não cumulativa. O cálculo dos créditos será feito pelo critério financeiro, e não mais pelo físico. Pretende também que seja aplicada uma só alíquota, na casa dos 11%.

O setor de serviços é o mais preocupado com essa mudança. “Haverá um aumento absurdo no imposto”, afirmou Amáble Pacios, integrante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Os estabelecimentos, que hoje recolhem até 9,75% de PIS/Cofins, passarão a pagar até 25%.

Pelos cálculos da entidade, com esse aumento, as mensalidades precisariam subir 25%. Na hipótese extrema de as escolas privadas fecharem, o governo teria de gastar R\$ 220 bilhões a mais por ano para absorver 15 milhões de alunos.

“Que as mensalidades dos planos de saúde vão subir, não tem a menor dúvida”, informou o diretor-executivo da Confederação Nacional de Saúde (CNSaude), Bruno Sobral. Poderá haver também fechamento de hospitais, segundo ele.

Diante desses diagnósticos preocupantes, Vanessa esclareceu que a tributação de 25% citada por





Amábilis decorre da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que tramita na Câmara, e não do projeto do governo federal. Pelo desenho em análise no Executivo, o setor continuaria com uma carga semelhante à suportada hoje. O mesmo se aplica ao setor de saúde.

“O sistema PIS/Cofins é péssimo para 2% das empresas, que são grandes”, reconhece o diretor da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali. “É preciso simplificar, mas não jogar a carga para outros setores, mais intensivos de mão de obra.”

Alternativamente, a proposta da CBPI, que apoia 70 entidades empresariais, é estabelecer três ou alíquotas diferentes, e não apenas uma. Com isso, haveria mais flexibilidade para evitar altas na tributação dos setores.

O problema das escolas particulares e de setores como os de saúde, hotelaria, construção civil, telemarketing é que o grosso de suas despesas é com mão de obra. Por

isso, essas empresas geram poucos créditos tributários a partir da compra de insumos e materiais.

Por essa razão, mudar do sistema cumulativo (que não utiliza créditos) para o não cumulativo (que utiliza créditos e por isso tem alíquota mais alta) não é visto como vantajoso. Hoje, convivem no Brasil os dois sistemas.

Segundo Vanessa, todos os setores cujas cargas vão aumentar terão um tempo de transição para se adaptar ao novo ambiente. “O empresário precisa de tempo para decidir se continua no mercado ou para se reorganizar e mudar de atividade”, disse. “A questão é deixar a economia se organizar de forma mais produtiva.”

Ela sustenta que não é possível fazer uma análise estática, mas sim considerar os efeitos no conjunto da economia. Alguns preços vão subir, mas outros vão cair.

O sistema cumulativo, acrescentou, é ineficiente. E a prioridade é aumentar a produtividade da economia brasileira.

## Menos de 2% dos cursos de graduação têm nota máxima

Apenas 1,7% dos cursos de ensino superior obtiveram nota máxima pelo Conceito Preliminar de Cursos (CPC) de 2018, divulgado pelo Inep

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

Apenas 1,7% dos cursos de ensino superior obtiveram nota máxima pelo Conceito Preliminar de Cursos (CPC) de 2018, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Na ponta oposta, quase 10% das graduações no Brasil ficaram em níveis classificados como insatisfatórios. O CPC é expresso em faixas de 1 a 5, sendo as duas primeiras consideradas de qualidade insuficiente - no limite, o Ministério da Educação (MEC) pode exigir a redução de vagas destes cursos.

A avaliação federal mostra que 2,5% dos bacharelados estão no topo da lista, contra 1,5% dos cursos tecnológicos, de curta duração. Também há mais cursos presenciais (134) com a nota 5 do que os de ensino a distância (15). Nesse caso, porém, a comparação precisa ser feita com cautela porque o universo pesquisado é bastante desigual. A ampla maioria das graduações avaliadas (93%) é presencial.

O CPC é calculado a partir da nota dos alunos concluintes medida pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e outras informações, como o percentual de professores com titulação de mestre ou doutor.

A cada ano, o Inep avalia cursos de áreas diferentes. No ano passado, entraram na avaliação federal graduações como administração, ciências econômicas e direito, e cursos tecnológicos como comércio exterior, gastronomia e logística.

Nos últimos anos, especialistas têm mostrado preocupação com a participação do ensino a distância (EaD) na expansão da educação universitária, sobretudo nas instituições particulares, por causa da qualidade inferior em relação aos cursos presenciais. Apesar desse alerta, o Ministério da Educação (MEC) deu ontem mais um passo para flexibilizar a penetração do EaD nas universidades. A partir de agora, as instituições de ensino podem compor a grade horária de suas graduações presenciais com até 40% de disciplinas a distância.

Para isso ocorrer, é preciso que o curso tenha um conceito mínimo de 3 em quatro critérios: metodologia; atividades de tutoria; ambiente virtual de aprendizagem; e tecnologias de informação e comunicação. Desde o fim do ano passado, a carga horária EaD já

podia ser de até 20% nas graduações presenciais, percentual que poderia ser ampliado para 40% desde que a faculdade ou universidade tivesse um conceito mínimo de 4.

O setor privado de educação vê com bons olhos a medida porque representa um avanço da regulação rumo ao mercado de cursos híbridos, ou seja, com uma parte presencial e outra parte on-line, algo que é bastante comum nos Estados Unidos.

Para se enquadrar nas novas regras, as faculdades e universidades precisam solicitar essa carga horária ampliada de EaD nos processos de reconhecimento, autorização ou renovação de reconhecimento dos cursos.

A portaria também permitiu a oferta de disciplinas EaD nos cursos das áreas de saúde e engenharia, alternativa que era proibida até então. A exceção fica para Medicina, que continua com a exigência de ser 100% presencial.

A Ânima Educação, por exemplo, acredita que será possível oferecer cursos com até 40% de conteúdo a distância na graduação presencial a partir do segundo semestre do próximo ano, segundo Marina Gelman, diretora da companhia.

O Inep também divulgou o Índice





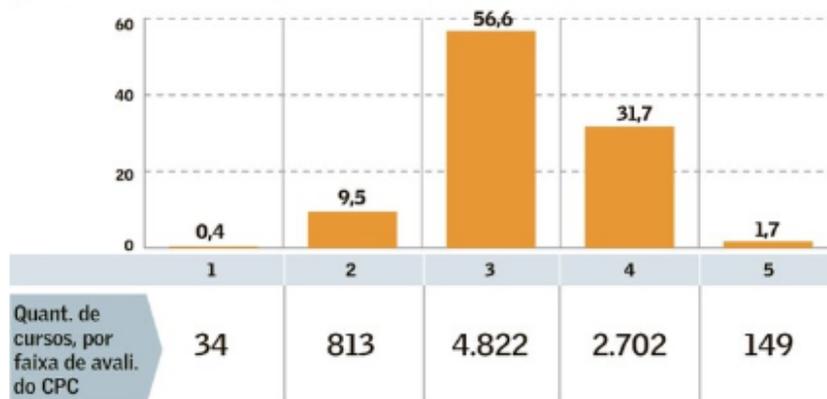
Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), medida mais ampla que inclui a nota média pelo CPC dos últimos três anos e uma avaliação dos programas de pós graduação. Por esse conceito, somente 2% das instituições de ensino superior estão na faixa máxima de qualidade, a maior parte localizada nas regiões Sudeste e Sul. Entre as 42 instituições de ponta do país, 27 são públicas e, destas, 13 são federais.

Desde que assumiu o MEC, Abraham Weintraub tem feito ataques às federais e questionado a capacidade de gestão orçamentária das universidades. Ontem, na Câmara dos Deputados, voltou a dizer que há produção de drogas nos campi universitários (veja MEC vê impasse e prepara PEC própria para Fundeb). (Colaborou Beth Koike)

## Baixa qualidade

Veja a avaliação dos cursos de graduação em 2018

### ■ Percentual de cursos, por faixa de avaliação do CPC



Fonte: Inep

### ■ O que é o CPC

O Conceito Preliminar de Cursos classifica os cursos em faixas de 1 a 5

O cálculo inclui a nota do Enade (aplicada aos concluintes) e outros dados, como a titulação dos professores

Os cursos nas faixas 1 e 2 são considerados de qualidade insuficiente e passam a ser acompanhados de perto pelo MEC

No limite, quem está na lanterna da avaliação federal pode sofrer redução de vagas

## **MEC vê impasse e prepara PEC própria para Fundeb**

*Não conseguimos avançar na velocidade que gostaríamos, diz Weintraub*

Por Rafael Bitencourt — De Brasília

O governo Jair Bolsonaro avalia se precisará enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ao Congresso Nacional para resolver o “impasse” em torno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), informou ontem o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

A iniciativa surgiu da insatisfação da equipe do MEC com atual proposta do Legislativo (PEC 15/15), debatida na comissão especial criada para tratar do tema na Câmara dos Deputados. O relatório preliminar, produzido pela deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), previa um aumento expressivo dos aportes da União.

“De fato tem um impasse e nós pretendemos encaminhar uma proposta própria. Gostaríamos que fosse uma iniciativa do Congresso, mas infelizmente não conseguimos avançar na velocidade [que gostaríamos] e, então, vai ser encaminhada uma PEC para o Fundeb”, disse o ministro, que

compareceu a audiência pública na Câmara onde passou mais de sete horas respondendo a questionamentos dos deputados.

A pressa em aprovar a PEC é justificada pela proximidade do fim da validade do Fundeb, que vai até o fim de 2020. Até lá, o governo federal continua contribuindo na proporção de 10%. Do orçamento anual dos fundos estaduais que formam o Fundeb, a União colabora com o equivalente a R\$ 14,5 bilhões.

Dorinha, que é relatora da PEC 15 desde a legislatura anterior, afirmou ao Valor que têm evoluído as negociações com as lideranças do Congresso, os governadores e a própria equipe econômica do governo para construir um texto de consenso, capaz de reunir o apoio necessário para aprovação nas duas casas.

A deputada contou que esteve reunida na manhã da terça-feira passada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, para tratar da sua proposta de aumento gradual da participação da União e das possíveis novas fontes de recursos para Fundeb.

A relatora da PEC 15 disse que há uma demanda por recursos dos

royalties da exploração do pré-sal. Sem adiantar como qual será a atual proposta de aumento escalonado da participação da União no Fundeb, Dorinha afirmou que espera que a União assuma, ao menos, 30% dos aportes depois de cumprir o aumento gradual programado para os primeiros anos. Para ela, esse é o mínimo necessário para atender às demanda do ensino básico.

“Não adianta vir com uma nova PEC porque ela não vai ter uma tramitação milagrosa, terá que cumprir esse mesmo caminho de negociação. E não temos o direito de brincar com o futuro de 48 milhões de alunos que dependem destes recursos”, disse Dorinha.

Weintraub compareceu à audiência pública após ser convocado por integrantes da Comissão de Educação para dar explicações sobre a denúncia que fez de que há consumo e produção indiscriminada de maconha e drogas sintéticas nas universidades federais.

“Mais do que a frase solta que eu disse, de que há plantações de maconha nas universidades federais, elas são reflexo de um consumo exagerado, fora de controle”, disse o ministro, que defendeu a entrada da policiais militares (PMs) nos campi federais para coibir a prática de crimes.

## PUC quer levantar R\$ 10 milhões para financiar bolsas e cursos

‘Endowment’, o primeiro de uma universidade brasileira, será formado por doações. Objetivo é arrecadar R\$ 10 milhões em um ano. Ex-alunos, como o ex-ministro Pedro Malan e o ex-presidente do BC Arminio Fraga, farão parte do Conselho de Administração

CÁSSIA ALMEIDA  
cassia@oglobo.com.br

APUC-Rio lançou ontem o seu fundo patrimonial, conhecido como endowment, o primeiro de uma universidade no Brasil e que será formado por doações, principalmente dos seus mais de 200 mil ex-alunos. A expectativa do presidente do Conselho de Administração da Associação dos Alunos Antigos, Carlos Augusto Junqueira, é conseguir arrecadar R\$ 10 milhões em um ano.

O rendimento dos primeiros cinco anos será usado em bolsas de estudo. Os recursos também poderão ser destinados a novos cursos e à construção de espaços. O dinheiro e o rendimento do fundo

são separados da contabilidade e não poderão ser usados em despesas correntes da PUC-Rio.

O ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, que cursou Engenharia Elétrica na universidade em 1965, faz parte do Conselho de Administração.

—APUC deu uma extraordinária contribuição ao debate público em economia. Vários dos seus alunos, de sucessivas gerações, ocuparam cargos de responsabilidade na administração pública. Aceitei me envolver porque acredito que vai dar certo. Espero que estejamos criando uma tradição. Para quem tem preocupações com a nossa desigualdade, isso é importante — afirmou Malan, no lançamento do fundo, ontem, na PUC-Rio.

Segundo o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, que se formou em Economia pela universidade em 1979 e também participa do conselho, a “cultura forte da PUC” vai ajudar a captar recursos:

—A cultura da PUC é muito forte. Os ex-alunos têm boas lembranças e apreciam tudo que a

PUC vem dando de contribuição acadêmica e, eu diria, de cidadania para nossa cidade e para o Brasil.

O BTG-Pactual vai ficar responsável por aplicar os recursos do fundo. A meta de conseguir captar R\$ 10 milhões em um ano é baseada na aceitação dos ex-alunos em doar para o fundo, disse Junqueira:

—Esperamos conseguir oferecer bolsas de estudo dentro de dois, três semestres.

A doação também pode ser feita para um propósito específico. O doador pode escolher onde o dinheiro será usado. E não é só dinheiro que os interessados podem oferecer.

—Aceitamos também doação de tempo das pessoas —comentou Junqueira.

Em janeiro, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que regulamenta os fundos patrimoniais, que garantem a sustentabilidade financeira de um projeto ou instituição sem fins lucrativos. Estes podem utilizar o rendimento dos recursos do fundo para bancar sua operação.

**TIROTEIO**



A fake news da droga nas universidades era para esconder substância pesada plantada no MEC: teoria olavista na TV estatal

Do deputado Alexandre Padilha (PT-SP), sobre a TV Escola exibir série com entrevistas de Olavo Carvalho e revisionismo histórico

com Julia Chaib e Carolina Linhares \_\_\_\_\_

## Weintraub reafirma que federais são centros de drogas e refletem uso desenfreado

Ministro não apresenta provas em audiência tensa na Comissão de Educação da Câmara

Paulo Saldaña  
BRASÍLIA

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, reafirmou nesta quarta-feira (11) em audiência na Câmara que universidades federais são locais de plantações de maconha, abrindo uma discussão acalorada com parlamentares.

Segundo ele, "as plantações de maconha são reflexo de um consumo desenfreado nas universidades". A declaração foi dada logo no início de sua fala, quando se iniciou discussões.

O ministro foi convocado na Comissão de Educação da Câmara para explicar ataques recentes feitos a universidades federais. O ministro acusou, em entrevista concedida em novembro, a existência de supostas "plantações extensivas de maconha" nas instituições e disse que laboratórios universitários seriam usados na produção de drogas sintéticas.

Reportagem da Folha mostrou que casos apontados pelo ministro não têm relação com universidades.

A audiência começou às 10h, e às 10h21 o bate-boca estava instaurado. O encontro foi brevemente interrompido pelo presidente da comissão, Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), após Weintraub passar a exibir uma reportagem sobre um caso de suposta apreensão de drogas na UnB (Universidade Federal de Brasília), de 2017.

"Peço que leve a sério esse assunto. O assunto é sério, é a vida de jovens", disse o ministro quando congressistas de oposição começaram a fazer comentários críticos. O deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) deixou a comissão por discordar do tema, que pautou a convocação.

Weintraub exibiu no telão algumas reportagens sobre casos de apreensão de drogas, sem citar datas exatas, na UnB e também na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e UFG (Universidade Federal de Goiás).

"Esse é o ambiente das universidades", disse, enquanto as reportagens eram transmitidas. "Tudo pichado, tudo sujo", completou, ao comentar imagens de espaços estudantis. "O problema não é

plantação em si, é o que ela reflete. O que eu quero para meus filhos é um ambiente seguro", disse.

Os reitores das universidades federais citadas pelo ministro foram à Justiça exigir explicações dele. A ação foi protocolada pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) na Justiça Federal de Brasília.

Deputados de oposição criticaram a atitude, alegando que o ministro usa casos desmentidos ou isolados para generalizar comportamentos nas universidades como um todo, o que poderia incorrer em prevaricação.

"Não podemos tomar incidentalidades como fatos que merecem uma abordagem dessa natureza", disse a deputada Margarida Salomão (PT-MG).

Parlamentares também mencionaram a apreensão de drogas no avião presidencial, em junho, na Espanha. "Se eu fosse usar o mesmo raciocínio, eu iria reiterar que o presidente seria responsável por ter em seu avião presidencial 39 quilos de cocaína", disse o deputado Bacelar (Pode-BA).





Em defesa do governo, o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ) disse que as reportagens apresentadas e dados sobre apreensão de drogas no país são provas da situação.

Questionado, Weintraub disse que não citou casos de apreensão de drogas em instituições privadas porque foi convocado para falar das federais.

O ministro afirmou ainda que não acusou reitores e quis apenas expor a situação. Ele voltou ainda a defender a atuação da Polícia Militar nas universidades: "Pode ensinar o que quiser, falar de Karl Marx, não tem problema. Agora, a PM [Polícia Militar] tem que entrar nos campi."

Ele criticou a atuação de oligopólios na área de educação, mas não citou a qual grupo estava se referindo —o deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) desafiou o ministro a encaminhar projeto de lei que limite atuação desses grupos. ?

Desde que assumiu o cargo, em abril, Weintraub tem alimentado um

perfil beligerante e de forte cor ideológica, tendo como alvo favorito as universidades federais, que pinta como instituições dominadas por grupos de esquerda, repletas de drogas, que não cumprem seu papel de ensino e pesquisa —o que não é corroborado por dados.

Por outro lado, o ministro já declarou que o ensino superior privado é prioridade para o governo. A Folha revelou que uma decisão atípica da Capes, órgão ligado ao MEC, liberou um doutorado na Unisa, de São Paulo, controlada por Antônio Veronezi, empresário com quem o ministro mantém estreita relação.

Além disso, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República apura a nomeação no MEC de uma advogada que até recentemente defendia empresas de educação superior.

A deputada Alice Portugal (PC do B-BA) questionou o ministro sobre a relação com Veronezi.

"O que o senhor tem a dizer sobre isso, que se coloca como um homem

probo e que não tem relações com pessoas que usam colares?", disse.

Weintraub, que não respondeu à reportagem em questão, disse que não é agente do mercado privado. "Esse empresário que a Folha, que é outro veículo mentiroso, da família Frias, falou que eu tenho ligação... Qual ligação eu tenho com ele? Quantas vezes eu tive com ele? A própria matéria fala [que] ele esteve com o ministro 10 vezes nos últimos 12 meses, teve muitos parlamentares que tiveram mais que isso", disse.

Desde abril, Veronezi foi recebido cinco vezes pelo ministro em seu gabinete e pelo menos outras dez vezes por secretários do MEC.

A reunião, que terminou apenas às 17h19, teve ainda críticas ao ministro, interrupções (uma delas de um manifestante usando guarda-chuva em alusão ao vídeo produzido e publicado por Weintraub no qual ele se dizia alvo de uma "chuva de fake news") e pedidos por sua demissão, amparados por seu uso constante de redes sociais para disparar crises.

## Bancada Ativista entra com ação contra Doria por pintar escolas de azul e amarelo

Governador é acusado de destacar cores do PSDB nas fachadas das instituições

### SÃO PAULO

Uma integrante da Bancada Ativista, composta por oito membros do PSOL, entrou com uma ação na Justiça contra o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e o secretário de Educação do estado, Rossieli Soares da Silva, por terem determinado a pintura de escolas estaduais de azul e amarelo, cores associadas ao partido do mandatário.

A codeputada Paula Aparecida acusa a gestão de propaganda eleitoral ilegal e uso de dinheiro público para benefício pessoal. O objetivo é conseguir uma liminar para interromper a pintura das escolas e que os dois sejam condenados a ressarcir os cofres públicos com a verba gasta na reforma.

“A escola pública não pode ser usada como propaganda eleitoral, ela é da população de São Paulo, não de um governador ou de um partido específico”, afirmou a parlamentar, em nota.

Anunciado em janeiro deste ano, o Programa Escola + Bonita prevê

a revitalização de 2.100 escolas da rede estadual até 2020. Trata-se de uma parceria entre a secretaria de Educação e a FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação).

Também inclui R\$ 1,1 bilhão de investimento em obras de melhoria de infraestrutura e reformas em 1.384 escolas da rede estadual.

O "Manual de Pintura – Escolas Estaduais Paulistas 2019" orienta que 40% das fachadas das instituições sejam pintadas de azul e amarelo — cerca de 30% da primeira cor e 10% da outra. Os 60% restantes devem ter cor branca e elementos estruturais, como pilares e vigas, tom de concreto.

A cor verde e o tom de areia também são sugeridos para outras áreas das escolas. O verde, por exemplo, deve ser usado em portas externas, gradis, portões e janelas. Já areia é recomendada para áreas internas como salas de aula e pátios cobertos.

Outro parlamentar que se mobilizou contra o manual foi o deputado Emidio de Souza (PT). Em novembro, entrou com representação na PGE (Procuradoria Geral do Estado) acusando o governador de improbidade

administrativa.

O Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) ingressou também com um requerimento de informações na secretaria de Educação para solicitar esclarecimentos sobre o manual.

Outro grupo de professores da rede estadual levou o caso ao Ministério Público de São Paulo. A Folha procurou o MP-SP no início da noite desta terça (10) para saber como está o andamento das investigações, mas não obteve retorno.

Em nota, a secretaria de Educação afirmou que "não procede a informação de que as escolas da rede estadual estão sendo pintadas somente nas cores azul e amarela" e que os diretores têm liberdade para escolher as cores usadas. A pasta disse ainda que "está à disposição de todos que tiverem dúvidas sobre o programa para quaisquer esclarecimentos."

Em fevereiro do ano passado, a Justiça proibiu a utilização da marca e do slogan do programa SP Cidade Linda pela gestão Doria (PSDB) e determinou que a prefeitura retirasse os símbolos de todos os lugares da capital paulista.





A decisão foi resultado de uma ação do Ministério Público Estadual, que acusava o mandatário de fazer uso indevido da marca do programa de zeladoria para tirar benefício próprio.

Em maio deste ano, a Justiça de São Paulo condenou Doria a pagar multa por considerar que ele praticou improbidade administrativa ao usar o slogan Acelera SP quando era prefeito.

O Ministério Público acusou o tucano de usar o bordão para promoção pessoal à custa do erário, já que a expressão (associada ao gesto com os dedos em "V" na horizontal) havia sido associada à sua imagem durante a campanha eleitoral e passou a ser explorada na publicidade de atos administrativos.

## A ampliação do Bolsa Família

O governo de Jair Bolsonaro prepara uma ampliação do Bolsa Família. A julgar pelo que vem sendo noticiado, não será um aumento qualquer. O Estado informa que o novo programa, se implementado, passará a atender jovens de até 21 anos – hoje, o limite é de 17 anos – e terá um reajuste ainda não definido na média dos benefícios, atualmente em R\$ 189,21 por família. Além disso, o plano incluiria um benefício para servir de prêmio a crianças de baixa renda que tenham bom desempenho em competições escolares, como as olimpíadas de matemática.

Não se sabe ainda qual será o impacto orçamentário da iniciativa, proposta pelo Ministério da Cidadania. Fala-se em algo em torno de R\$ 16,5 bilhões a mais num orçamento de R\$ 29,5 bilhões para o Bolsa Família no ano que vem, mas a equipe econômica está reticente – garante apenas R\$ 4 bilhões adicionais, conforme apurou o Estado. O governo ainda não definiu de onde pretende tirar os recursos necessários para a imaginada expansão do Bolsa Família.

Assim, tudo ainda está no campo das intenções – e a do governo, neste caso, parece bem clara: mostrar serviço na área social, especialmente no momento em que o Congresso se mobiliza para discutir um ambicioso pacote de propostas elaboradas por um grupo de deputados envolvendo setores como educação, trabalho, geração de renda e saneamento básico.

Trata-se de uma guinada e tanto para um presidente da República que passou praticamente toda a sua trajetória como político a criticar duramente programas como o Bolsa Família. Em 2011, quando era deputado federal, Bolsonaro disse, em discurso na Câmara, que “o Bolsa Família nada mais é do que um projeto para tirar dinheiro de quem produz e dá-lo a quem se acomoda, para que use seu título de eleitor e mantenha quem está no poder”. Essa declaração não foi acidental ou isolada. Sempre que pôde, o hoje presidente vinculou o Bolsa Família a um projeto de poder do PT. “A massa eleitoral do PT são aquelas pessoas que vivem do Bolsa Família”, eleitores “que pensam apenas com o estômago”, disse Bolsonaro em 2007.

À sua maneira, Bolsonaro descreveu com precisão o efeito eleitoral do Bolsa Família: todos os mapas de votação das últimas eleições mostram apoio maciço a candidatos do PT em regiões cuja economia está baseada naquele programa de transferência forçada de renda. Ou seja, o Bolsa Família de fato criou um eleitorado cativo para o PT.

Assim, a intenção do governo de ampliar o Bolsa Família, contrariando todo o histórico de contundentes críticas de Bolsonaro ao programa, parece ter como fim capturar uma parte do eleitorado que hoje vota no PT como forma de gratidão pelo benefício recebido.

Esse indisfarçável aspecto eleitoreiro da iniciativa do governo talvez seja o menor dos problemas. A principal questão é que não se pode imaginar que o aprofundamento da desigualdade de renda no Brasil – o País está hoje entre os dez mais desiguais do mundo, segundo ranking recentemente divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – será enfrentado por meio da ampliação de programas assistenciais. Em lugar de ser um paliativo temporário para mitigar a pobreza extrema, o Bolsa Família tornou-se esteio permanente de famílias e cidades inteiras Brasil afora. Sem educação pública básica de qualidade para todos, sem saneamento básico suficiente nem mesmo nas grandes cidades e sem criação de oportunidades de trabalho, não haverá redução sustentável da desigualdade no País.

É compreensível que o governo esteja preocupado em dar alguma resposta imediata e vistosa às demandas em favor dos mais pobres, pois o discurso a respeito da desigualdade parece ter se tornado central no embate político. No entanto, não será por meio de ações populistas – as quais, por ora, nem se sabe ainda como financiar – que a questão será devidamente enfrentada. Não há outro caminho: o Brasil deve se manter firme no rumo das reformas administrativas e econômicas, para criar as condições necessárias ao investimento em educação, saneamento básico e infraestrutura. Do contrário, continuaremos a ser um país extremamente vulnerável à demagogia.

## Ministro acusa, e UnB reage



Abraham Weintraub, ministro da Educação: "Eu quero defender as federais. Estou tentando salvar a parte boa das federais, mas, para salvar a parte boa, precisamos reconhecer que existe uma parte que apodreceu"

*Universidade classifica comportamento de Weintraub como "alarmante" e "espetaculoso", ao atrelá-la ao suposto plantio de maconha dentro do câmpus*

» MARIA  
EDUARDA CARDIM

A administração da Universidade de Brasília afirmou, por meio de nota, que "acompanhou com indignação" as acusações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, ontem, na Câmara dos Deputados, de que existem plantações de maconha dentro das universidades federais e que a UnB estaria entre elas. Em audiência na

Comissão de Educação, ele exibiu reportagens sobre cultivo e consumo de drogas em diversas universidades públicas, dentre as quais uma, de abril de 2007, que mostrava a prisão de três pessoas suspeitas de plantar cannabis no câmpus da UnB.

"Esse é um material amplamente acessível, que eu encontrei na Internet e passou em vários noticiários. Isso para mostrar para os senhores a gravidade da situação. A UnB não tinha uma oficina clandestina para fazer patins para patinar no gelo no Lago Paranoá porque não há demanda para isso. O que havia era uma plantação de maconha no câmpus da universidade", acusou.

A universidade, na nota, assegurou que já havia esclarecido o episódio citado pelo ministro, que ocorreu em uma área que não faz parte do câmpus. "Durante o processo de sindicância interna, foi confirmado, por meio de um parecer técnico, que o local da apreensão não pertence à UnB", diz o documento.

Na nota, classificou o comportamento do ministro de "alarmante" e "espetaculoso", ao associar a imagem da UnB a práticas ilícitas.

"Tais fatos sugerem que há uma perseguição contra a UnB, que é uma das melhores universidades da América Latina e patrimônio de todo o Brasil", arrematou a nota.

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), Antônio Gonçalves, endossou a posição da UnB. "A gente entende que o atual governo escolheu a educação superior como alvo dos seus ataques. Além do sufocamento financeiro, o governo trava uma luta cultural na busca por impor às universidades o pensamento único. Atacar universidades faz parte da política educacional desse governo."

Além de afirmar que nos câmpus das universidades federais podem ser encontradas plantações de maconha, conforme acusou pela





imprensa em novembro, Weintraub disse até que houve a utilização de um laboratório de uma faculdade pública para produção de drogas sintéticas.

A audiência foi cenário de diversos bate-bocas, sobretudo com parlamentares de oposição. A deputada Tábata Amaral (PDT-SP) foi uma das parlamentares que questionou as declarações de Weintraub.

“Por que o senhor vive buscando razões para perseguir as universidades? Esse problema das drogas é reconhecido pela sociedade brasileira, mas ele não é do ensino superior”, afirmou.

O deputado Marcelo Freixo (PSol-RJ) se retirou do plenário ainda no início da apresentação do ministro, afirmando ser “grave e lamentável” ter de ouvi-lo falar sobre este tema diante da crise vivida na educação.

“É um desrespeito tão profundo com a educação que eu estou me retirando. Tenho mais o que fazer da minha vida do que ouvir o ministro falar sobre isso”, disse. Parlamentares de direita aplaudiram a saída de Freixo do plenário em que acontecia a audiência.

Weintraub se defendeu afirmando que quer “salvar” as universidades federais. “Eu quero defender as federais. Estou tentando salvar a parte boa das federais, mas, para

salvar a parte boa, precisamos reconhecer que existe uma parte que apodreceu”.

### **Avaliação de qualidade**

Das mais de 2 mil instituições de ensino superior no Brasil, apenas 42 alcançaram o conceito máximo do Índice Geral de Cursos (IGC) e, destas, 12,4% são instituições públicas federais. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a maior parte das instituições se encontra na média 3 de avaliação — 266 têm notas entre 1 e 2.

O diretor de tecnologia do instituto, Camilo Mussi, não considera as notas insuficientes. “Os cursos e instituições que têm nota 1 ou 2 estão abaixo da média, que é 3, mas não são necessariamente ruins. O Inep encaminha essas notas ao Ministério da Educação, que decide que ações vão tomar”.

O índice é calculado a partir da nota da instituição obtida nos últimos três CPC (Conceito Preliminar de Cursos), na avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior), e a quantidade de alunos nos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos. O CPC avalia os cursos de graduação de uma faculdade a partir dos resultados obtidos no Enade; da avaliação do corpo docente; da infraestrutura e de recursos didático-pedagógicos. (Colaborou Rafaela Gonçalves)

Com Walmor Parente (DF), Beth Paiva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)  
reportagem@colunaesplanada.com.br



## Moral

A disciplina de Educação Moral e Cívica na grade escolar do ensino básico tem tímido debate e foi travada no Governo. Mas o MEC comemora o avanço das escolas cívico-militares, com a PM nas dependências - muitos dos casos a pedidos dos próprios pais.

## Do contra

A grita vem de professores ligados a sindicatos, tradicionalmente sob ingerências de partidos da oposição, como PT, PSOL e PCdoB.

## Alvo fácil

Enquanto isso, a educação vai mal Brasil adentro. Muitos professores continuam apanhando das mãos de alunos mal-criados ou bandidos. Há casos conhecidos de assassinatos de professores.



## BNCC é "instrumento poderoso" para ensino de qualidade, diz educadora

Por Letycia Bond - Repórter da Agência Brasil São Paulo

A diretora do Instituto Reúna, Kátia Smole, disse hoje (11) que a implementação integral da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vai permitir, pela primeira vez, a criação de um sistema coerente de educação no país.

Na avaliação da educadora, o ensino de qualidade homogênea compreenderia um alinhamento entre currículo, material didático, formações inicial e continuada de professores e avaliação, independentemente da esfera de gestão da escola, ou seja, se é de âmbito municipal, estadual ou federal.

"Nós não vamos ter revolução 4.0, 5.0 se os alunos não aprenderem o que é certo, na idade certa", afirmou Kátia, que participou hoje do 1º Encontro da Organização dos

Estados Ibero-Americanos (OEI) de Políticas Públicas de Educação e Cultura, realizado em São Paulo.

Na opinião da diretora, de nada adianta investir em ações de aceleração de aprendizagem se ainda houver distorções na assimilação de conteúdos.

"A base [BNCC] tem, para mim, um valor importante porque diz claramente, corajosamente, ainda que nós possamos ter muitas sugestões de melhoria: há uma progressão de aprendizagem. É necessário que eu passe pela escola e aprenda na escola o que é certo, na idade certa, não por sorte, não porque eu peguei um professor bom, não porque deu certo de eu estar em uma escola privilegiada, mas porque é direito. É direito. Eu posso saber mais do que está aí [previsto na BNCC], mas eu não posso saber menos", disse Katia, que foi secretária de

Educação Básica do Ministério da Educação, durante o governo Michel Temer.

"Por sorte, eu tive professores que fizeram a diferença. Eu não queria que dependesse da sorte", destacou.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Brasil em 2017 para o ensino infantil e fundamental e, em 2018, para o ensino médio, define o mínimo que os estudantes devem aprender a cada etapa de ensino. A BNCC prevê ainda que, em todo o período escolar, além de capacidades acadêmicas, sejam desenvolvidas habilidades socioemocionais. A partir da Base, as redes públicas de ensino e as escolas privadas devem elaborar os currículos que serão implementados nas salas de aula. Os novos currículos estão em fase de elaboração.





### Obstáculos da carreira docente

O secretário de Educação do estado de São Paulo, Rossieli Soares, destacou a importância da valorização dos professores da rede pública de ensino.

Um dos problemas, segundo ele, é a forma como a progressão salarial da categoria está estruturada, além da remuneração inicial baixa. Para o educador, porém, a questão transcende tal aspecto, passando também pela condição de trabalho a que são submetidos,

que estaria fazendo com que percam "o brilho no olhar" quanto à profissão.

Um levantamento sistematizado pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), com base nos dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015, revelou que apenas 3,3% dos estudantes brasileiros de 15 anos querem ser professores. Se a opção for pela docência na educação básica, o percentual cai para 2,4%.